

AS MULHERES NEGRAS CAMPONESAS ENTRE O VERMELHO E O LILÁS

Maria Rosineide Pereira¹

Resumo

O presente artigo visa evidenciar um debate que às vezes fica oculto nos processos de luta dos movimentos populares do campo, ou seja, a questão de raça e gênero. Nesse sentido, busca fazer uma abordagem inicial mais especificamente em aspectos que vão desde a identidade étnica racial, a identidade de gênero chegando à identidade de classe. Para tanto, se faz necessário partir da constituição do latifúndio e do racismo na formação social brasileira. Nossa proposta de estudo em andamento, busca refletir sobre os mecanismos capitalistas de opressão e espoliação da força de trabalho das mulheres negras no campo nordestino. Neste aspecto, é necessário ressaltar, que nos encontramos em fase inicial do processo de investigação e, portanto os elementos aqui colocados fazem parte de uma primeira aproximação com a temática a partir de uma breve revisão de literatura acerca da temática

Palavras-chave: Mulheres Negras, Patriarcado, Campo.

Introdução

A atual conjuntura de retrocesso da classe trabalhadora, explicitada pela perda de direitos fundamentais conquistados na constituição de 1988 e no aumento do fascismo, que se faz perceptível na crescente violência contra as mulheres, militantes de esquerda e a classe trabalhadora em geral tornam necessária uma reflexão acerca dos elementos que caracterizam a formação do Brasil. Isso por que se pensarmos nos efeitos do colonialismo, do imperialismo, da pilhagem de recursos naturais por parte dos países capitalistas avançados, das pressões objetivas da economia de mercado global, etc., veremos que estes tem um impacto significativo nas relações sociais e familiares que organizam a produção e distribuição de bens, frequentemente exacerbando a exploração das mulheres e a violência de gênero.

Neste sentido, quais as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que marcam essa sociedade e quais implicações destas na vida das mulheres negras camponesas. Essa reflexão se faz necessária porque na passagem dos vários períodos históricos consolidou-se

¹ Mestranda do Curso de Geografia e Desenvolvimento Territorial da América Latina/UNESP. Correio Eletrônico: rosanegrarn@hotmail.com;

uma forma de ser da sociedade brasileira. É o que podemos denominar como raízes ou heranças da construção do país, que se firma no jeito de ser da sociedade e que vêm buscando se consolidar como cultura política, ou tradição cultural dominante. Dessa forma, para entender o presente e projetar o futuro é imprescindível compreender o passado.

A constituição do latifúndio e do racismo na formação social brasileira

O capitalismo é uma totalidade viva de relações sociais. Nela, encontramos relações de poder conectadas a gênero, raça, entre outras, todas estão a serviço da acumulação de capital e sua reprodução, ainda que frequentemente de formas variadas, imprevisíveis e contraditórias. Em nosso país essas relações se encontram intrinsecamente relacionadas com a concentração da terra. Desde a colonização portuguesa, passando pela Lei de Terras de 1850 e por todo o processo de industrialização ocorrida no século XX e ainda em curso, a questão agrária permaneceu quase que inalterada, a despeito de avanços decorrentes das crescentes contradições sociais e econômicas e da correlata violência verificadas no campo.

A estrutura econômica e política implantada no Brasil no pós-64 visava à sustentação de um processo de industrialização combinado a uma intensa urbanização. Por essa razão, em meados desta década, é posto em prática um modelo de crescimento econômico que privilegiava o aumento das exportações e a entrada de capitais transnacionais nas várias esferas do sistema produtivo, particularmente no campo. Evidentemente, a grande propriedade no Brasil tradicionalmente não tem interesse na produção de alimentos para o mercado interno, optando pela exportação de uma produção especializada protegida por amplos subsídios e benefícios fomentados por um governo ávido por entrada de divisas, o que distorcia ainda mais a realidade da propriedade da terra no Brasil: em 1975, ao fim do "milagre", as grandes fazendas, acima de 3 mil hectares, tinham apenas 3% de sua área destinada às lavouras de alimentos (MARTINS, 1980).

A política agrícola e agrária implantada no país tem beneficiado a grande propriedade e a empresa rural. O apoio financeiro a projetos de grupos privados e obras públicas penaliza a classe trabalhadora, levando milhares de famílias ao desassossego e expulsão. As isenções e subsídios favorecem o atendimento dos interesses do capital financeiro, das indústrias e multinacionais do setor de transformação e produção de insumos, dos grandes exportadores e pecuaristas. A gênese dos latifúndios e da propriedade privada das terras no país desencadeou

e promoveu a desigualdade social, miséria e pobreza no meio rural e, conseqüentemente, nas cidades. Logo é possível compreender que a constituição do capitalismo no país é capaz de gerar o antagonismo entre as classes, o conflito, a precarização do trabalho e das relações sociais, colocando tudo no nível do individualismo e da concorrência pela sobrevivência humana.

Assim, a lei de terras ao ser promulgada em 1850 se configura numa articulação entre a questão agrária e a questão racial realizada para impedir o acesso da população negra a terra. A transformação da terra em mercadoria é parte de um processo mundial de desarticulação do sistema escravista e desenvolvimento de um mercado consumidor na periferia do capital. Além disso, o processo de resistência que aqui se organizava e a revolução dos negros haitianos ocorrida em 1804 amedrontava os senhores de escravo brasileiros, então estes estabeleceram que as terras brasileiras só poderiam ser compradas a preços elevados ou concedidas pelo Estado; Dessa maneira “a idéia que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil teve como motor o trabalho escravo, ou, a mercantilização da vida de seres humanos, é fato consolidado na historiografia oficial. Entretanto, o mesmo não ocorre diante da afirmação de que a atual desigualdade social brasileira tem no racismo um de seus eixos estruturantes”. (VILLAS- BOAS, 2011)

Assim, como toda “escravidão moderna”, a escravidão brasileira, caracterizou-se pela apropriação do esforço humano para objetivos mercantis determinados. “O homem negro escravo era entendido como um bem mercantil” (FERNANDES, 2004, p. 366-367). A condição de escravo exclui do indivíduo a sua capacidade de escolha de participação e inserção no mundo da vida. E mesmo a mudança de status de escravo para homem livre não muda a mentalidade social da inferioridade do negro, bem como não muda as influências herdadas nos duros anos de escravidão. Aos negros restaram os trabalhos mais simples e com menor remuneração, em que não eram exigidas aptidões qualificadas.

Em um país que é recordista na concentração de terras (46% das terras nas mãos de 1% de proprietários), o último a abolir a escravidão, e que possui a maioria da população negra em condição de pobreza é necessário afirmar a perspectiva da questão racial como um dado estruturante da configuração das classes sociais no Brasil. Assim, fica evidente que a lei de terras e a lei da abolição da escravatura contribuíram para a exclusão de negros e negras, pobres sem acesso a terra e ao trabalho. o “Estado e a intelectualidade brasileira buscaram

apagar as marcas e os impasses estruturais que foram impostos pela adoção do sistema escravista na periferia para modernizar o centro do sistema mundial produtor de mercadorias”.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil em seus primórdios teve como motor o trabalho escravo, ou a mercantilização da vida de seres humanos; Esse processo de transformação de seres humanos em mercadoria resultou no racismo e na manutenção do latifúndio, feridas ainda abertas e que transformaram a questão agrária e a questão racial em eixos estruturantes da desigualdade social brasileira. Nesse aspecto, “etnia, raça e terra são, também, questões estruturais no Brasil, particularmente, quando verificamos que elas tornam grandes massas populacionais excluídas no Brasil, impossibilitando que a maior parte da população negra possa participar dignamente do desenvolvimento do país”. (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007, p.158).

Para tentar omitir essa violência foram construídas teorias racialistas que junto com a legislação andaram de mãos dadas com opressão de classe nesse processo histórico criaram e pavimentaram as desigualdades de raça e de sexo. A princípio o discurso da inferioridade racial que produziu efeitos com caráter de verdade, em seguida, o ideal de embranquecimento compreendido como um projeto nacional que se funda na concepção de miscigenação seletiva. Por último, o mito da democracia racial que contribuiu para a construção da imagem das relações raciais como pacíficas.

Nesse aspecto se faz necessário compreender que não foram às diferenças entre os traços biológicos e culturais que tomaram proporções que interferiram diretamente no processo histórico e sim as formas de integração subalterna dos nossos territórios que se utilizaram de diferenças raciais e culturais. “As desigualdades raciais no Brasil foram sendo incorporadas ao regime de classes, isso significa que mesmo com o trabalho “livre” a “raça” ainda era usada como um fator de ajustamento social”. (FERNANDES, 2004).

Pensando na Identidade de Raça e de Gênero

As mulheres negras, desde que aqui desembarcaram iniciaram uma luta no cotidiano das relações vivenciadas e é possível considerar que desenvolveram formas de participação importante na organização da série de ações de resistência à escravidão empreendidas ao

longo dos séculos que durou o regime no Brasil. Estas ações se caracterizam como ações de resistências e vão desde confrontos cotidianos com os entre senhores de escravos as fugas individuais e coletivas, os assassinatos (justiçamentos) de escravocratas até as revoltas nas fazendas e as revoltas urbanas lideradas por africanos e afro-brasileiros. “Estas ações marcaram a história do país e deram uma feição especial a todo o século XIX”. (WERNECK, 2008, p.80).

O reconhecimento dessa resistência é fundamental se pensarmos na necessidade crescente de organização e disposição para continuidade dessa luta. Pois a dupla exploração da mulher negra durante o período da escravidão colonial (por um lado na produção, por outro lado na reprodução da força de trabalho) e o lugar da mulher negra na reprodução atual da "população excedente" (setor é crescente na nova configuração do capital) aponta que o racismo se reatualiza como imperativo para a implantação do novo modelo de acumulação. Diante disso, não há outro caminho que não seja dispor de uma grande energia para superar as dificuldades que se impõe na luta por direitos na atualidade contemplando sua identidade de gênero e raça. Por isso, o combate ao patriarcado e ao racismo é prioritário para estas mulheres, na medida em que os mesmos têm produzido pessoas humanas inferiorizadas.

É fundante pensar que estas mulheres ao serem “liberadas” da condição de escrava tiveram sua identidade desfigurada entrando para a história como donas de casa, domésticas, mão-de-obra desqualificada para o trabalho, trabalhadoras rurais, etc. “Assim, constatamos que a exclusão da presença das mulheres negras (a exemplo das mulheres indígenas e de outras pessoas e grupos) dos relatos da história política brasileira e mundial deve ser compreendida, principalmente, como parte das estratégias de invisibilização e subordinação destes grupos”. (Carneiro, 2003, p. 83)

Essa luta que combina aspectos como questões de raça, gênero e classe requer a reconquista de espaços em diferentes dimensões da existência. Essas mulheres, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos. (WERNECK, 2008, p.76)

No livro *Mulher, Raça, e Classe*, Angela Davis (1981) destacou a forma na qual a destruição da família e de todas as relações de parentesco entre escravos afro-americanos, assim como as específicas formas de trabalho escravo, deram origem a uma substancial subversão das relações de poder de gênero entre escravos. Isso não significa que as escravas não sofreram uma forma específica de opressão como mulheres, mas ao contrário: elas sofreram severamente, mas nas mãos de donos de escravos brancos, e não de seus companheiros escravos.

A herança cultural, social e as experiências das mulheres negras neste continente em nada se parecem às da suas congêneres brancas e portanto, suas pautas e lutas políticas específicas devem ser parte da luta geral das mulheres e de todos os seres humanos que trabalham pela libertação das amarras injustas do capitalismo. A categoria “mulher” pode ser uma cilada, se despojada do seu contexto racial e de classe. Os mitos fundadores da feminilidade (delicadeza, fragilidade, instinto materno natural, dedicação aos cuidados) são, na verdade, construções políticas de um projeto capitalista que precisa da produção e reprodução (no lar) dos seres humanos para o trabalho, mediante a criação da figura da “dona de casa”, ao mesmo tempo em que cristaliza o trabalho doméstico como não produtivo e sem remuneração. Mas esse mito não se corresponde nem se aplica às mulheres negras, que durante e após a escravidão trabalharam fora de casa em todo tipo de labuta, até nas mais duras e cruéis. A persistência e articulação de relações de gênero estão conectadas de formas complexas a condições sociais, relações de classe, e relações de produção e reprodução.

Nessa perspectiva, a afirmação das mulheres negras enquanto sujeitos políticos de direitos traz uma constituição identitária relacionada às condições objetivas de vida, ao reconhecimento social e às relações que constroem no âmbito do movimento em que atuam e com o Estado. Ou seja, em que medida as condições materiais de existência conformam as identidades das mulheres negras? E o Estado, em que medida garante políticas promotoras de igualdade racial ou mesmo acena com mudanças estruturais que afetem, direta ou indiretamente, as condições materiais em que vive a maior parte da população negra brasileira?

A relação entre as mulheres negras e essas distintas, mas interligadas, esferas de sociabilidade são marcadas pela desigualdade e, portanto, se constituem em relações de poder, num complexo jogo em que gênero e raça são expressões ao mesmo tempo materiais e imateriais de reificação dessas desigualdades. Como afirma Melucci (1996), tais relações de

poder afetam as capacidades comunicacionais/informacionais, as oportunidades de mobilizar recursos e as possibilidades de autodefinição individual e coletiva dessas mulheres.

A inserção da mulher na luta social e a organização de um espaço próprio, dentro dos movimentos sociais mistos ou como movimento social autônomo, o contato com o discurso feminista são essenciais para a politização da situação de subordinação da mulher dentro da divisão sexual do trabalho e a construção de estratégias para a superação das assimetrias de gênero nas organizações sociais, nas políticas públicas, no espaço familiar.

A Territorialidade do Patriarcado e as Mulheres Negras Camponesas

No processo da luta pelo reconhecimento de sua identidade e de sua condição concreta enquanto mulher, e classe trabalhadora do campo, as mulheres negras tem se deparado com o atual modelo do capitalismo para o campo. O mesmo tem sido denominado de agronegócio que aliado ao racismo estão atrelados a um problema estrutural, que engrena um modo de produção agrícola voltado eminentemente para exportação e ao legado escravocrata brasileiro. Em função disso, o dado que temos é de uma maioria da população do campo negra e em condição de miséria ou pobreza. A análise de tais conexões é necessária para entendermos a realidade das mulheres negras no campo.

As diferenças entre os traços biológicos e culturais tomaram proporções que interferiram diretamente no processo histórico. Ao estudar o processo brasileiro, Florestan Fernandes percebe uma relação do regime de classes com a questão racial. Por isso, ao longo da sua trajetória vai avaliando como o ex-agente do trabalho escravo foi sendo incorporado ao regime do assalariamento. A tese é que as desigualdades raciais no Brasil foram sendo incorporadas ao regime de classes, isso significa que mesmo com o trabalho “livre” a “raça” ainda era usada como um fator de ajustamento social. A reflexão sobre a herança escravista é um fator essencial para a análise da sociedade de classes feita por ele, e é um dos elementos que explicam o porquê do padrão de desenvolvimento dependente perpetuar com as relações “tradicionais”.

Essas relações inscrevem no tempo e no espaço o território, o território é produzido por uma constelação de relações que o indivíduo ou grupos de mantêm entre si e com a natureza. “Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.143). Essa apropriação é marcada por relações de poder, enquanto aspecto fundamental para a compreensão do território, sendo exercido por pessoas ou grupos, sem o qual não se define o território. Assim sendo, os homens (e mulheres) têm centralidades na formação de cada território, cristalizando relações de influência, efetivas, simbólicas, conflitos e identidades. “As territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios” (FERNANDES, 2009, p. 10).

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos e está intimamente ligada a cada lugar: elas dão lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2009, p. 88). Sendo assim, compreende-se o patriarcado como um poder exercido por um grupo ou indivíduo, enquanto territorialidade que no caso do Brasil foi se desenvolvendo em sua formação sócio-espacial sob os pilares não só do capitalismo. O patriarcado é a dominação-exploração das mulheres pelos homens, que se dá para muito além da família e se torna uma “máquina do patriarcado” (SAFFIOTI, 2015, p.106), visibilizando um mecanismo de dominação-exploração de tal maneira arraigado às instituições, de tal forma naturalizado por séculos de reprodução, que abstrai da figura do patriarca.

No mundo do trabalho na sociedade capitalista, patriarcal e racista, na qual a heterossexualidade é um elemento constituinte da ordem dominante, a relação entre corpo, sexo e reprodução foi, desde o início dessa formação social, tratada como um impedimento natural das mulheres à sua constituição como sujeita do trabalho e da esfera pública. Desta maneira, o discurso ideológico de sustentação da desvalorização da participação das mulheres no mercado de trabalho foi uma estratégia fundamental para manter a exploração/dominação das mulheres como parte da ordem natural das coisas. Porém, nenhuma sociedade é capaz de prescindir do trabalho feminino, principalmente quando nos referimos à mulher negra por que para estas nunca existiu fragilidade, o trabalho se dá sob as condições mais perversas. Neste caso, fundem-se a marginalização da classe de raça e de gênero, o preconceito se intensifica e a interiorização da condição de inferioridade, que em muitos casos, inibe a reação e a luta contra a discriminação sofrida.

A condição de vida das mulheres neste processo sofreu “o impacto da ação do centro hegemônico do capitalismo internacional, quer no sentido de confinar a mulher nos padrões domésticos de existência, quer dando-lhe consciência, através do feminismo, da necessidade de emancipar-se economicamente” (SAFFIOTI, 1969, p. 17). Na intenção de compreender a forma como se relacionam classe, gênero e raça/etnia, Saffioti (2011) trabalha com a teoria do “nó”. Segundo ela, quando enoveladas, as relações gênero-classe-raça são regidas por uma lógica diferente das que orientam cada uma das contradições separadamente. Cada uma apresenta uma dinâmica especial quando estão no nó, pois se condicionam a esta nova realidade.

As circunstâncias históricas em que o nó se encontra dotam as contradições de formações distintas. Segundo essa proposição, entender as relações como um nó significa não somá-las simplesmente, mas perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. Neste sentido, trazemos presente novamente o conceito de patriarcado, citado acima, como uma territorialidade que estamos considerando territorialidade do capital. Segundo Engels (2010) a primeira divisão do trabalho que estabeleceu na sociedade foi à divisão sexual do trabalho e, apesar do patriarcado não ter sido criado pelo capitalismo, ele é à base da criação da propriedade privada e do Estado que, por sua vez, cria as condições da exploração de uma classe sobre a outra.

Sob esse aspecto, as convergências entre patriarcado raça e classe têm como ponto de partida o questionamento acerca da invisibilidade das mulheres negras presente na formação do campesinato nordestino. Pensando na marginalidade a que continuou sendo submetida na pós-abolição, pelos seus próprios parceiros e pelo coronelismo, quando abandonadas nas secas intensas (sendo chamadas de viúva da seca) ou migrando ainda criança para cidade para ser escravizada como empregada doméstica. Embora a escravização tenha acabado formalmente, os resquícios do colonialismo permanecem entre nós. Estes resquícios são responsáveis pela manutenção da sua opressão e não é possível acabar com a opressão de classe e de gênero sem dar conta destas questões. A mulher negra sempre necessitou estar inserida na luta por melhores condições de existência e isto se dava através de diversas formas de organização, desde o período escravista, no período pós-abolição e até os dias atuais, nem sempre se acomodaram nos moldes formais, mas que sempre foram constantes.

As principais demandas de gênero que potencializaram a organização das mulheres no campo têm sido o acesso aos benefícios de seguridade social, como a aposentadoria e o

salário-maternidade, sua participação política, sua incorporação nos sindicatos e o reconhecimento de seu *status* social como trabalhadora rural (SCHWENDLER, 2009). De forma contraditória, o trabalho da mulher na agricultura, que é afirmado publicamente na luta pelo seu reconhecimento profissional, ainda é concebido como “ajuda” no interior das relações familiares, como forma de manutenção de uma ordem moral e a hierarquia de gênero (ESMERALDO, 2013). Esta desvalorização e a invisibilização do trabalho feminino refletem uma concepção que não considera como trabalho o que está fora do âmbito das relações mercantis (SCHWENDLER, 2015).

As mulheres que participam da luta pela reforma agrária também se organizaram por dentro dos movimentos populares do campo. Para modificar as relações de gênero e as estruturas de subordinação no espaço da luta pela reforma agrária e na organização da família camponesa, as mulheres politizaram as demandas específicas e as transformaram em “interesses estratégicos de gênero. As mulheres se organizaram também para lutar pelo direito à terra de reforma agrária, reconhecido mas sua atuação política só ganha visibilidade, a partir de 2006, quando como parte da jornada de luta do Dia Internacional da Mulher, elas organizam ações de enfrentamento à expansão do agronegócio no campo (Via Campesina, 2006).

Em sua pauta, elas denunciam os impactos sociais, econômicos e ambientais gerados pelo modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura, em especial, a criação de um deserto verde através da monocultura e produção de sementes e plantas transgênicas, assim como a expulsão das populações indígenas, quilombolas e camponesas de seus territórios. Em contraposição, defendem a agricultura camponesa, com base na soberania alimentar, na produção do alimento saudável e diversificado, bem como na preservação do ecossistema e da vida do planeta (SCHWENDLER, 2014).

Entre o Vermelho e o Lilás: O que as mulheres negras camponesas consideram?

Os movimentos populares do campo propõem um modelo alternativo de agricultura e de vida no campo, baseado no paradigma da soberania alimentar, que tem como premissa que a alimentação e a agricultura não se restringem ao comércio e, que para viabilizar o combate à pobreza e à fome, a preservação da vida no campo, a economia e o meio ambiente, assim como a gestão dos recursos de modo sustentável, a produção para os mercados locais e nacionais deve ter prioridade sobre a produção para a exportação.

O foco principal da soberania alimentar é a produção de alimentos e os povos que realmente trabalham na terra. Por isso, vai além da compreensão da segurança alimentar defendida pelo agronegócio, como garantia da produção e distribuição de alimentos para todos. O direito e a autonomia na produção do alimento implica o acesso a terra, o que transforma o próprio alimento em território em disputa (FERNANDES, 2015).

Neste contexto, as mulheres negras pautaram como elemento central do paradigma, o direito dos povos do campo de produzir seu alimento em seu território. Além disso, acrescentaram a dimensão da saúde humana, que perpassa pela crítica ao modelo de agricultura dependente de agrotóxicos e de plantas geneticamente modificadas. Ao debate da soberania alimentar, as mulheres camponesas vem acrescentar as questões da igualdade de gênero e de raça, adicionando uma perspectiva feminista popular à consciência de classe, que implica transformações estruturais na sociedade.

As evidências descritas revelam que as desigualdades de raça e de classe contribuem para a submissão da mulher, que, por sua vez, se tornam a base para discriminação, sendo frutos de preconceitos antagônicos e de violência, é salutar observar suas características principais em diferentes espaços, as formas como as diferenças são criadas e neutralizadas e seus impactos sobre a sociedade. A partir de condições profundamente desvantajosas em diferentes esferas que as mulheres negras camponesas desenvolveram e desenvolvem suas estratégias cotidianas de disputa com em torno de possibilidades de (auto) definição. Ou seja, de representação a partir de nossos próprios termos, a partir do que se projetam novos horizontes. Estratégias que deviam e devem ser capazes de recolocar e valorizar nosso papel de agentes importantes na constituição do tecido social e de projetos de transformação. (CARNEIRO, 2003,p. 83).

Nesse processo de luta para transformar em reconhecimento o que têm sido invisibilizado, as mulheres negras camponesas buscam traduzir um problema relativo a uma dada esfera da sociedade em um problema, em primeiro lugar, de interesse para os movimentos sociais do campo, e depois para a sociedade como um todo. O sucesso em traduzir essas demandas específicas propiciará uma conversação com a sociedade, com o problema entrando em definitivo na vida pública (Alexander, 1998).

O desafio não é simples. Enfrentar uma luta que combina questões de raça, gênero e classe requer a reconquista de espaços em diferentes dimensões da existência. Isso, no entanto, parece engendrar forças maiores e mais potentes para empreender a luta. As mulheres camponesas negras têm buscado dar resposta a altura dos desafios do seu tempo por dentro dos movimentos populares do campo através do enfrentamento ao agronegócio, na luta contra o capital e na produção de alimentos a partir do debate da agroecologia e da soberania alimentar. Mas são ainda ensaios afinal existem alguns desafios que precisam ser encarados de frentes que passam por todo um processo da visibilização do trabalho das mulheres camponesas e o resgate e ressignificação da sua cultura, além da superação dos altos índices de violência e a dificuldade de acesso as políticas públicas em geral;

Referências Bibliográficas

- ALEXANDER, J. C. (1998). **Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 13(37), 05-31.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento.** In: Estudos avançados, São Paulo, vol.17, nº49, pag117-132, 2003.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016 [1981]
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** Rio de Janeiro, Bertrand, 2000
- ESMERALDO, Gema G. **O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social.** In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.de (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos.* Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.
- FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In: IANNI, Octavio (org). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante.** São Paulo: expressão popular, 2004.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre tipologias de territórios.** In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) *Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos.* 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 197-216..
- FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In: IANNI, Octavio (org). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante.** São Paulo: expressão popular, 2004.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1980
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. Mito e Realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2ª reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2105.

SAQUET, marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. In: _____; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SCHWENDLER, Sonia F (org.) **Conflitos no campo: seus sujeitos, seus direitos**. Goiânia, Editora da Universidade Católica de Goiás, 2015 (prelo).

VIA Campesina. **Rompendo o Silêncio** . Documentário. São Paulo: Via Campesina, Brasil, 2006.

VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. **Questão agrária e questão racial**: a articulação explosiva entre classe e raça no Brasil. <http://passapalavra.info/2011/03/36825>; Acesso em 07/05/2016 às 22:41

WERNECK, Jurema. **Nossos Passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo**. In: **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil** / WERNECK, Jurema (org.). Rio de Janeiro: Criola. 2008.